

Miscelânea

A ESCRITURA E A MULHER BRASILEIRA NO PERÍODO COLONIAL *

Magda M. Renoldi-Tocalino

University of New Hampshire - USA

Em 1888, dizia Sílvio Romero que

[...]a vida de um povo tem sempre em cada época meia dúzia de espíritos capitais, homens representativos, que a simbolizam e dão-lhe um sentido. Todos os demais são trambolhos de que a história deve ser escoimada por amor ao método e à clareza.¹

Não cabe aqui a discussão dos critérios adotados nos projetos e processos de seleção dos homens representativos de um período. Importa notar, porém, que, em relação a certos momentos de nossa história, se tem justificado o estudo de algumas obras questionáveis enquanto literatura, pela sua importância documental e cultural. Ainda que a expressão “homens” parece usada aqui como termo sinônimo de “seres humanos, tanto homens como mulheres”, certas arbitrariedades naqueles projetos e processos em geral funcionam de modo a enfraquecer ou mesmo excluir da nossa historiografia os poucos indícios que nos chegaram da atividade intelectual das mulheres. Proponho-me a tratar aqui alguns indícios de uma escritura existente no cerrado mundo feminino do Brasil colonial, no século XVIII.

Uma brasileira em Portugal.

Ao falarmos da produção literária no Brasil, seguimos em geral a conclusão a que chegaram pesquisadores como Antônio Cândido sobre o período formativo da literatura propriamente chamada brasileira, datando-o a partir de 1750.² Toda a produção durante o período colonial anterior a essa data aparece como mera extensão da cultura metropolitana; faltam-lhe ainda os traços originais caboclos, aquele “nacionalismo literário” que Sílvio Romero tentou definir, distinguindo-o de um americanismo que aqui e acolá despontava, mais chegado à erudição que à compreensão genuína das peculiaridades da nova nação (Romero, 406-417). Em relação a esse período formativo, nossa historiografia, de modo inconsistente, ora excluiu autores brasileiros cuja obra havia sido produzida na metrópole, como Antônio José da Silva (nascido no Rio em 1705), ora considerou autores que, vindos de outras terras, como José de Anchieta, produziram no Brasil uma obra de traços distintamente americanos.³ Hoje prevalece a percepção de críticos como Sílvio Romero e João Ribeiro que, assinalando a “feição

* Trabalho apresentado no XXVIII Congresso do Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, na Brown University, em Providence, Rhode Island, EUA.

¹ Sílvio Romero, *História da Literatura Brasileira* [1988] (Rio: José Olympio ed., 1980) vol.2, p.387.

² Antônio Cândido, *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* 5ª. ed. (Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1975, 2 vol.) Ver vol 1 [de 1750 a 1836].

³ Cândido e Aderaldo Castello, por exemplo, seguem este critério na edição revista de sua antologia de literatura brasileira: ao fazerem “cortes para diminuir o tamanho” desta obra,

especificamente brasileira” do lirismo d’O Judeu, o incluíram na historiografia da literatura brasileira. Estenderam-se os mesmos privilégios a outros “brasileiros” de Portugal, como Matias Aires e Alexandre de Gusmão, cujas obras, contudo, parecem carentes de características específicas de brasilidade. Por isso mesmo, é notável que os mesmos estudiosos passassem por alto referências a Tereza Margarida da Silva e Orta—irmã de Matias Aires, amiga e companheira intelectual de Gusmão, autora de várias obras, entre elas o primeiro romance escrito por indivíduo brasileiro.⁴ O seu *Aventuras de Diófanos* (1752) mereceu várias edições em Portugal, onde Tereza se educou, escreveu e publicou, algumas vezes sob pseudônimos.⁵ Jaime Cortesão considerou o romance à clef de Tereza Margarida uma excepcional “fonte histórica para avaliarmos do ambiente político de Portugal... e da influência de Gusmão sobre o meio” intelectual português dos meados do século. Indica-o ainda como a única obra de caráter anti-absolutista publicada na época em Portugal—o que é questionável.⁶ O que nos afeta de toda a discussão em torno da importância da obra de Tereza Margarida é constatarmos que, se por um lado a primeira romancista “brasileira” não produziu nas *Aventuras* um romance brasileiro (já que os críticos não parecem encontrar nele características temáticas e estilísticas que o identifiquem com uma cultura especificamente brasileira), por outro lado, a existência dessa obra é um marco estimável na história da escritura da mulher brasileira. Mulher que, ao encontrar condições

eliminam “todos os textos de teatro exceptuados os de Anchieta.” Os textos d’ “O Judeu” não constam pois dessa antologia. Ver Antônio Cândido e J. Aderaldo Castello, *Presença da Literatura Brasileira: História e Antologia*. 2 vols. Nova edição revista e ampliada. (São Paulo: DIFEL, 1985 [1ª ed. 1964]). Vol.1: “Das origens ao realismo.”

⁴ Otto Maria Carpeaux, por exemplo, em sua *Pequena bibliografia crítica da Literatura Brasileira* (Rio: Letras e Artes, 1964. 3ª ed. rev. e aument.), trata tanto Antonio José como Matias Aires, mas omite Tereza Margarida. Em contraste, Alfredo Bosi a considera em sua *História Concisa da Literatura Brasileira* (Cultrix, 1975). Jaime Cortesão e Tristão de Athaíde também a incluem em seus estudos.

⁵ O título original da edição de 1752 era *Máximas de Virtude e Formosura, com que Diáfonos, Climinéia y Hemirena, Príncipes de Tebas, venceram os mais apertados lances da desgraça [...]*. Ver o prefácio e estudos bibliográficos de Rui Bloem na sua edição de 1945 de *Aventuras de Diáfonos* (Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, coleção “Biblioteca Popular Brasileira”). Ver também, Bosi, p.51-52.

⁶ Tereza Margarida da Silva (São Paulo, 1711? - Lisboa, 1793) era irmã de Matias Aires Ramos da Silva Eça, influente na corte de D. João V de Portugal. Filhos de um imigrante português que se enriqueceu como fornecedor para as minerações de Minas Gerais; foram educados na Europa e durante praticamente toda a sua vida adulta freqüentaram a corte portuguesa. Aos 58 anos, foi encerrada, por ordem de Pombal, num mosteiro onde permaneceu sete anos. Afirma Eanes que a prisão se deveu às “idéias liberais e anti-absolutistas” que se encontram codificadas no romance. Ainda na prisão, Orta escreveu um “Poema Epico-Trágico” e, depois da queda política do Marquês de Pombal, uma “Petição” de liberdade, em versos, à rainha D. Maria I. Duas edições do seu romance foram publicadas baixo pseudônimo (anagrama de seu nome), sem dúvida como medida de proteção; isto deu origem às dúvidas sobre a autoria do romance, que chegou a ser atribuído ao amigo de Orta, Alexandre de Gusmão, influente na corte portuguesa. Ronald de Souza julga improvável que o romance, publicado dezoito anos antes, fosse o motivo da prisão. Considera que o texto de *Aventuras*, obra elaborada desde dentro da mesma esfera do poder absolutista, dificilmente se enquadra na categoria de obra de contestação ideológica ou de reivindicação política com que comumente é associada. Ronald de Souza aclara a questão do universo ideológico em que a obra foi gestada e afirma a capacidade intelectual de Orta para realizá-la. Ver: Ernesto Eanes, *Dois Paulistas Insignes* (São Paulo: Cia. Editora Nacional, “Coleção Brasileira”, 1952). Ver Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* (Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1952), principalmente vol.I, parte I e vol. II, p.219-221. Rubens Borba de Moraes, dá notícias dos manuscritos do “Poema” e da “Petição” de Tereza Margarida, até então inéditos, na sua *Bibliografia Brasileira do Período Colonial* (S. Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969); informações menos detalhadas, na sua *Bibliographia Brasiliana*, 2 v. (Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora - Los Angeles: UCLA Latin American Center Publications, 1983). Ronald de Souza “The Divided Discourse of *As Aventuras de Diófanos* and its Socio-Historical Implications”, em *Problems of Enlightenment in Portugal: Essays* (Minneapolis, Minnesota: Institute for the Study of the Ideologies and Literatures, 1984), p.75-88.

socio-culturais (ainda que minimamente) favoráveis, se projetou no meio intelectual da metrópole.

Manuscritos na colônia

No Brasil colônia tais condições eram raras, e na maior parte do território colonizado, inexistentes. Com a imprensa ali proibida, no século XVIII todas as manifestações do pensamento eram controladas pela coroa através de uma rede de licenças necessárias para qualquer publicação – o que só se fazia em Portugal. Dessa forma, a palavra do indivíduo colonizado encontrava apenas nos manuscritos o seu veículo comum e imediato. Passando de mão em mão, estes manuscritos se perderam, pela ação do tempo, do descuido e do clima desfavorável. No entanto, sobrevivem testemunhos da existência de manuscritos escritos por mulheres que compunham poesias ou exercícios filosóficos, circulando-os entre familiares e amigos. Provavelmente seus manuscritos jamais foram impressos devido à dificuldade de publicação e ao tradicional menosprezo pela escritura da mulher – atitude comum mesmo em sociedades mais abertas da nossa época.⁷ Um exemplo da mentalidade crítica e editorial prevalente e exclusiva através dos tempos é o caso referente a um soneto comemorativo aos sete anos da filha de Alvarenga Peixoto e Bárbara Eliodora: uns oitenta anos depois de escrito, foi publicado em 1865 nas Obras Poéticas de Ignacio José de Alvarenga Peixoto (Rio: Garnier, 1865), coligidas por Norberto de Souza. Numa edição de 1956 das Obras Poéticas (São Paulo), o editor Domingos de Carvalho da Silva suprimiu o soneto, pois julgou que Bárbara Eliodora o compusera. Eliminou assim a justificável e rara oportunidade de publicar uma possível obra escrita por mulher, e por Bárbara Eliodora.⁸

Portanto, a existência de mulheres que escreviam durante o período colonial está comprovada tanto nas referências bibliográficas do século XIX, como nas listas biográficas das “heroínas” ou “mulheres exemplares”, “ilustres e virtuosas” do reino, que incluem algumas mulheres das colônias portuguesas. Estas listas de cunho didático-moralista, escritas por religiosos e dedicadas às rainhas (sob cujos auspícios geralmente se publicam), foram destinadas à leitura para ou por mulheres.⁹ Ayres de Azevedo, um dos compiladores, se refere à brasileira Rita Joanna de Souza, nascida em Olinda em 1696, como pintora de talento e mulher sábia, versada na história da França e da Espanha.¹⁰ João de São Pedro, no seu *Theatro Heroíno* (1736), diz que:

⁷ Sobre as dificuldades que ainda hoje se encontram para estabelecer uma bibliografia de obras escritas por mulheres, tanto nas culturas hispano-americanas como na estadunidense, por exemplo, ver alguns ensaios que aparecem em Hartman, Joan & Messer-Davidow, Ellen, eds., *Women in Print*, vol. I (New York, NY: The Modern Language Association of America, 1982).

⁸ Ver M. Rodrigues Lapa, *A Vida e Obra de Alvarenga Peixoto* (INL, 1960) e Rubens Borba de Moraes (obras já citadas na nota 6).

⁹ Curiosamente, nestas obras, mesmo os atos exemplares de rainhas e nobres pagãs gregas, romanas ou árabes, são “cristianizados”, como se aquelas atuassem “pressentindo” os valores cristãos e ibéricos. Dentro deste mesmo quadro interpretativo, raramente se entendia qualquer repulsa da mulher ao ato sexual com repulsa nascida de e dirigida à violência geralmente envolvida na imposição do ato, decidido segundo os interesses e caprichos de outros (o casamento mesmo, não raro, apresentava feições de um estupro institucionalizado, celebrando acordos econômicos e políticos entre pais de família, sem o consentimento da mulher envolvida) e subsequente domínio masculinos, era interpretada como um desejo místico-religioso de virgindade, ou como consequência do zelo feminino exemplar pela honra... masculina: a do marido ou do pai. Um exemplo clássico é o suicídio da ultrajada Lucrécia Bórgia.

¹⁰ Diogo Manoel de Azevedo, *Portugal ilustrado Pelo sexo feminino [...]* (Lisboa: 1734, p.99-100).

... [a] filha do Doutor João Mendo Teixeira, se fez recomendada na posteridade pelas obras de seu juízo, e engenho. Na arte da pintura os mestres, que não excedeu, igualou. Na Filosofia natural escreveo diversos Tratados, e na lição das Historias foy tão applicada, que revolveo as de Espanha, e França. ...¹¹ (Meu subtraído)

No entanto, isto é tudo o que sabemos desta jovem, falecida aos vinte e tres anos, cujos “diversos tratados” de “filosofia natural,” naturalmente... se perderam... Nestas narrativas edificantes, debaixo do escôlho ideológico típico, encontramos várias imagens de mulheres, que contradizem a imagem da mulher colonial submissa, apática e inculta, e nos dão indícios do papel exercido por elas nos bastidores do poder masculino.

Uma olvidável poetisa?

Aderaldo Castello e Antônio Cândido ao tratar das associações literárias temporárias ou mais ou menos duradouras, que marcaram a limitada vida intelectual brasileira do século XVIII, se referem à Academia dos Seletos, do Rio de Janeiro, como a mais importante.¹² Pelo fato mesmo de serem as academias as únicas associações intelectuais possíveis no “isolamento brasileiro...demasiado rigoroso”, não passavam de “fastidiosas companhias de louvainhas insulsas e debiques anódinos”, perfeitamente “olvidáveis” no dizer de Oliveira Lima. Com efeito, a dos Seletos foi fundada com o intuito de “pura e simples adulação” a um poderoso da época, o capitão general Gomes Freire de Andrade, que, em 1752, passava pelo Rio em expedição para o interior da colônia.¹³ As composições em verso, as cartas escritas pelos acadêmicos, mais o discurso de introdução pronunciado em reunião solene, foram publicados pelo secretário da academia, Sequera e Sá, com o título de *Júbilos da América*.¹⁴ Foram muitas as restrições à imaginação e à criação impostas pela censura política e moral do tempo, sob forma de estatutos acadêmicos, “máximas” ou temas a que deveriam ater-se as composições submetidas. Ainda assim encontram-se ali referências importantes aos usos e costumes, às crenças e aos valores dos colaboradores, traços importantes para delinear a mentalidade da época. Quanto às restrições à expressão individual, é bom lembrar que, em 1739, poucos anos antes da reunião dos Seletos, o já citado dramaturgo Antônio José da Silva morria na fogueira da Inquisição de Lisboa, queimado como herético judaizante (Carpeaux, p. 43-45).

¹¹ João de São Pedro, *Theatro Heroico, Abecedario Historico, e Catalogo das Mulheres illustres em Armas, Letras, Acções heroicas, e Artes liberaes [...]* (Lisboa: 1736), vol.II, p.356-57. A mesma informação sobre Rita Joana aparece em Loreto Couto, “Desagravos do Brasil [...]”, in *Annaes da bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol.25 (1904), p.169-171.

¹² Oliveria Lima, *Aspectos da literatura colonial brasileira* (Rio de Janeiro: INL/Livraria Francisco Alves Edit., 1984. 1ª ed., 1896)

¹³ Em 1967, José Aderaldo Castello começou a publicação de uma série de éditos e inéditos d’*O Movimento Academicista no Brasil: 1641-1820/22*. O projeto respondia à necessidade de colocar à disposição dos estudiosos os textos dispersos e raros daquele período. Os *Júbilos* seriam reeditados como primeiro tomo do segundo volume d’*O Movimento* (Cf. “Apresentação”, tomo I, vol.I, p.IX). No entanto, não encontramos referências a publicações além do tomo cinco do primeiro volume, de 1971 (De fato, até 1982, o N.U.Catalog-U.S.Library of Congress não indica outras publicações da série).

¹⁴ Sequera e Sá, *Júbilos da América* (Lisboa: “Na officina do Dr. Manuel Alvares Sollano”, 1754). O exemplar que examinei para este trabalho se encontra na John Carter Brown Library, Brown University. No começo do século, Rodrigues assinalou a raridade do seu exemplar dos *Júbilos* comprado em Leipzig!), no *Catálogo anotado dos Livros sobre o Brasil e de alguns Autographos e Manuscriptos pertencentes a J.C.Rodrigues* (Rio de Janeiro: Typografia do “Jornal do Commercio”, Coleção Bibliotheca Brasiliense, 1907 [reimp. New York, NY: Johnson Reprint Corporation]), p.575.

Muitos brasileiros e portugueses cristãos-novos estabelecidos no Brasil constam das listas da Inquisição entre os anos de 1711 e 1767.¹⁵ Enquanto vários sobrenomes de acadêmicos “seletos” indicam sua possível condição de cristãos novos,¹⁶ a rubrica do oficial Manuel Gomez Costa Pacheco na página de rosto dos Júbilos mostra o olho vigilante do Santo Ofício posto nas publicações. Seguramente, não era devido apenas à sua “polida literatura” que um dos seletos era o aveirense Dr. João de Affonseca da Cruz, familiar do Santo Ofício da vila de Aveiro, em Portugal: garantia-se o “imprimatur” da obra com esta participação e apadrinhamento conveniente.¹⁷ Quanto à historiografia da mulher, esta coletânea é importante porque nela se publicam pela primeira vez versos compostos por uma brasileira: dois sonetos em português e dois “romances” líricos em espanhol, de Ângela do Amaral Rangel.

A publicação dos poemas de Ângela sem dúvida ocorreu como uma concessão excepcional à jovem que, sendo filha de uma família abastada e possuindo “belos dotes físicos”, era no entanto “cega de nascimento”. Apesar da cegueira, das circunstâncias da vida colonial, e das restrições à vida intelectual da mulher em particular, Ângela sabia espanhol e conhecia história e mitologia. Na virada do século, Sacramento Blake informa tudo o que sabemos sobre Ângela, a “Ceguinha como era geralmente chamada,” nascida “na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro por cerca do anno de 1725.” Segundo Blake, Ângela compôs, ademais de dois “romances líricos,” dois sonetos e “diversas poesias inéditas—Estas poesias, deixadas por mãos estranhas, estão sem duvida perdidas.”¹⁸ Mais de um século depois da publicação dos Júbilos, Varnhagen re-editou os dois sonetos em português no volume III do Florilégio.¹⁹

Pelas contribuições que aparecem em Jubilos, nota-se que os propósitos políticos da efêmera academia predominaram como critério de composição, em detrimento de critérios estéticos. A própria Ângela, em uma das composições em espanhol, revela consciência da futilidade desses versos, perguntando:

¹⁵ Ver “Notas sobre judaísmo e a Inquisição no Brasil”, de João Lucio Azevedo, e “Excerptos de várias listas de condenados pela Inquisição de Lisboa, desde o anno de 1711 ao de 1767, compreendendo só brasileiros, ou colonos estabelecidos no Brasil”, sem data. Reimpressos pela *Revista do Instituto Histórico*, vol. 59, pp. 52-85 [NUC pre-1956, v. 630:275// Bibl. Hebrew Univ.]. Sobre mulheres condenadas pela Inquisição, ver Ilana W. Novinsky, “Heresia, mulher e sexualidade (algumas notas sobre o Nordeste Brasileiro nos séculos XVI e XVII)” in M.C.A. Bruschini e F. Rosemberg, *Vivência*, vol. I (S. Paulo: Editora Brasiliense/Fund. Carlos Chagas, 1980): 227-256.

¹⁶ Devo esta observação à historiadora brasileira Anita Novinsky. Cf. a lista dos “seletos” colaboradores de *Júbilos* na bibliografia de Borba de Moraes (1969).

¹⁷ De fato, as obras escritas tinham que enfrentar várias instâncias de censura para serem impressas e reproduzidas em Portugal e distribuídas no Brasil. Quanto a Affonseca da Cruz, além de “juiz de fora” da cidade de Miranda e familiar do Santo Ofício da vila de Aveiro, onde era “proprietário de Sizas, e Dizima nova do Pescado”, era também, no Brasil, “provedor da Real Fazenda, e intendente das Minas de Cuyabá” (*Júbilos* 41-43).

¹⁸ Sacramento Blake, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, 7 vols. (Rio: Imprensa Nacional, 1883-1902). Ver vol. I, onde se lê ainda:

... vivendo n'uma época em que ainda se não conhecia meio de dar-se uma instrução litteraria aos infelizes privados da visão, dona Angela do Amaral..., bem que filha de uma família abastada, não pode receber de seus paes senão uma educação moral e religiosa. E mesmo assim conhecia a língua castelhana como a língua patria. E... foi um gênio;... um brilhante preciosissimo, mas não lapidado./ Nunca pudera ver o céu, ...e ainda assim foi poetisa! E, mais admirável ainda, improvisava com grande facilidade!

¹⁹ Francisco Adolpho de Varnhagen, *Florilégio da Poesia Brasileira*, 3 vols. (Lisboa, Viena: 1858-1872). Segundo Borba de Moraes, o volume III (Viena, 1872) é raro, e só sabe da existência do exemplar do autor, pertencente à Biblioteca do Itamarati. Há uma reedição facsimilada da obra, publicada pela Academia Brasileira em 1946, e prefaciada por Afrânio Peixoto. O editor Rodolfo Garcia corrigiu muitas das informações dadas por Varnhagen na 1ª edição.

Que sirve inútiles plumas
 Escribieren tanta accion,
 Si es cada letra un oprobrio,
 Cada alabanza un baldon?
 Ya aqui, Generoso Gomes,
 La humilde pluma parò
 Que para dextrarlo todo,
 Basta nombraros a Vós (p. 274-5) ²⁰

A educação de Ângela foi necessariamente auditiva, através de leituras que outros lhe faziam; seguramente, declamava suas composições a alguém que as transcrevia. Portanto, a “humilde pluma”, instrumento não usado por ela, serve de metáfora para o uso da palavra. Palavra “inútil,” neste caso, pois, ao gastar-se em “alabanza” vā de “tanta ação,” produz em cada verso (“cada letra”) o opróbrio do próprio poeta. Afinal, para exaltar o poder (“dexirselo todo”), basta nomear o poderoso (“nombraros a Vós”), Gomes Freire. Estas reflexões não impedem que a voz lírica dos dois “romances” em espanhol se refiram a ele como “el portuez más perfecto,/ El Lusitano mejor”, ou que o invoquem diretamente como “Gloria de Vuestro Brasil”. O romance lírico “Fundar Casa en Dios” (p. 275-6), é a melhor—ou a menos má...!— das quatro composições conhecidas de Ângela:

Fundar Casa para Dios
 En un desierto paiz,
 Solo una Ilustre Excelencia
 Lo pudiera conseguir.
 Hazer Corte a un desierto
 Tan opulenta, e feliz,
 Que de octava maravilha
 Bien pudiera presumir.
 Es essa fabrica hermosa
 O esse hermoso penfil
 De candidas Assucenas
 Un bellissimo jardin.
 Corte de la Primavera,
 Adó siempre hade assistir
 Sin dependencias de Mayo,
 Y sin favores de Abril.
 Pues corre por vuestra cuenta,
 A esse Vergel conduzir
 Divinas flores que el Alva,
 No las puede competir.
 Es un nuevo Paraiso,
 Porque se suele dezir,
 Que es cada Theresia un Angel,
 Cada monja un Seraphin.
 Dó, apezar del Inferno,
 Han de brillar, y luzir
 Prodigios de ciento en ciento
 Virtudes de mil en mil.

²⁰ Reproduzo a grafia que aparece na edição original. A do espanhol, por exemplo, apresenta -x- {por-j-}; -z- (-c-); -ç- (-z-); -o- (-u); á (a); -ò (-ó); -lh- (-ll-); essa (esa), deste (de este), desse (de ese); terminações em -on (ón) ou “-ion” (-ión); ou “hade” por “habrá de”; etc.

Desse sagrado Palacio
 Quiziste el nombre excluir,
 Que no quizo la modestia
 tal vanidad consentir.
 Diciendo que solo à Dios
 Se ha de alabar, y servir,
 Que solo su nombre santo
 Alli se ha de proferir.
 Vivid edades Nestorias
 Gloria de Vuestro Brazil,
 O Como el Ave de Arabia,
 Que muere para vivir. (p. 275-276)

Não é de estranhar que este “romance” esteja composto em espanhol, já que por décadas o domínio espanhol se estendeu a Portugal e suas colônias. Devido aos estreitos laços políticos, sanguíneos e culturais que uniam as metrópoles peninsulares, era sem dúvida um índice de distinção expressar-se também no idioma de Castilla. Quanto às referências históricas, o poema nos informa que Gomes Freire, em um gesto comum aos demais poderosos de seu tempo, demonstrara seu zelo católico fundando um convento no Brasil.

Se, para a mentalidade da época, “proteger” a mulher era excluí-la da vida secular, as metáforas de Ângela sugerem a condição “vegetativa” da vida do convento. Este aparece como “fábrica hermosa . . . de candidas Assucenas”, “vergel,” “belíssimo jardim”. Enfim, um espaço adequado para entes sacralizados, para as reclusas metaforizadas em “divinas flores”, “serafins” e “anjos”. Nada de evas ou rainhas terrenais no “novo Paraíso” e “sagrado Palacio”... Não escapa ao “romance” uma referência ao caso de que, ao não se apresentar um casamento à altura da posição social da mulher e conveniente para os interesses da família, “corria por conta” dos pais e irmãos conduzir as jovens, solteiras ou viúvas, ao convento. Do ponto de vista da mulher, as metáforas positivas do espaço conventual se explicam: estudos sócio-antropológicos demonstraram que muitas mulheres coloniais das classes dominantes, não inclinadas ao casamento ou rebeldes à imposição de um noivo não querido, preferiam a vida conventual. Esta representava a possibilidade de um celibato honroso para a família e uma relativa liberdade, salvando a mulher da áspera vida que a colônia lhes oferecia. Para a família, o convento era preferível a um casamento desigual.²¹ Segundo Hoornaert, a vida conventual era o único modo da mulher escapar à relação de poder que o matrimônio representava.²² Exemplo conhecidíssimo na América espanhola é o da ilustre mexicana Sor Juana Inés de la Cruz, que escolheu a vida conventual como uma espécie de libertação: era o único espaço e estado que lhe permitia estudar e escrever. No entanto, mesmo essa “liberdade” lhe foi custosa e, afinal, impossível.²³

²¹ Sabe-se que a vida conventual não implicava necessariamente a manutenção da virgindade. Em suas pesquisas sobre a mulher colonial paulista, por exemplo, Eni de Mesquita Samara concluiu que a virgindade e a castidade eram estados associados às poucas mulheres brancas da classe dominante; para o geral da escassa população feminina, a virgindade era mais um mito: “Mulher e casamento nas imagens veladas do nosso passado”, manuscrito apresentado no XIV Simpósio Nacional ANPUH, Brasília, 1987.

²² E. Hoornaert, “A cristandade durante a primeira época colonial”, in *História da Igreja no Brasil*, vol.2. Petrópolis: Editora Vozes, 1977. p.245-413.

²³ Sor Juana Inés de la Cruz, “Respuesta a Sor Filotea de la Cruz”, em *Obras Completas* (México: Editorial Porrúa, 1975, 1975) p.827-848; Octávio Paz, *Sor Juana Inés de la Cruz o Las trampas de la fé* (México: Fondo de Cultura Económica, 1982) especialmente p.534-608.

Não admira pois que os versos de Ângela se alinhem com a ideologia dominante: acompanha o discurso da época e doura a pílula ao justificar a reclusão, pontificando os encantos oferecidos pelo convento em contraste com o “Inferno” circundante. Só como casadas as mulheres poderiam desfrutar da vida prazenteira e rica da Corte, a “oitava maravilha” que, no dizer de Ângela, o poderoso português “fez no deserto.” Ao qualificar o Brasil como “deserto paiz”, Ângela contrasta a mesquinha vida socio-cultural da colônia à vida da Corte lisboeta, que Gomes Freire procurava reproduzir na colônia. O convento, “corte da primavera”, era pois uma corte de terceira classe, única alternativa para as mulheres sem desejo de casar-se e sem forças para enfrentar os desafios da nova sociedade que aos poucos se criava.

Que se saiba, Ângela foi a única mulher que teve composições impressas por qualquer das academias coloniais. E isto, graças à exceção que lhe fizeram os homens de seu tempo. Pelos indícios examinados, e dadas as difíceis circunstâncias contra as quais esses textos foram produzidos e preservados, pode-se suspeitar que um número significativo de mulheres escreviam nos centros coloniais, onde, pelo menos as que eram membros de famílias abastadas e relativamente ilustradas, tinham alguma oportunidade de desenvolver-se intelectualmente. Nos conventos e dioceses, junto aos documentos administrativos e aos diários empoeirados que tenham escapado à corrosão do tempo e do descaso, talvez se encontrem ainda vestígios dessas vozes, afogadas no silêncio de uma sociedade cuja mentalidade se centralizava no homem.

Como é raro encontrar-se um exemplar dos Júbilos de América, transcrevo as tres outras composições de Angela Rangel, como aparecem alí:

MAXIMAS CHRISTAAS, E POLITICAS

SONETO.

Illustre General, vossa Excellencia
Foi por tantas Virtudes merecida,
Que, sendo ja de todos conhecida,
Muito poucos lhe fazem competencia:

Se tudo obrais por alta intelligencia,
De Deos a graça tendes adquirida,
Do Monarcha hum affecto sem medida,
E do Povo hũa humilde obediencia:

No Catholico zelo, e na lealdade
Tendes vossa esperança bem fundada;
Que, na presente, e na futura idade,

Ha de ser a Virtude premiada
Na terra com feliz serenidade,
E nos Ceos com a gloria eternizada. (p.271)

MAXIMA PRIMEIRA

Entre as militares.

SONETO.

Ja retumba o clarim que a Fama encerra
Na vaga Região seu doce accento,
De Gomes publicando o alto alento,
Por não caber no ambitoo da terra:

Declara, que se está na dura guerra,
Tudo acaba tão rapido, e violento,
Que o mais forte Esquadrão, em hum momento,
Seus alentos vitâes alli subterra.

Vosso Nome será sempre exaltado,
Que se voais nas azas da ventura,
Vosso Valor o tem assegurado;

Porque nos diz a Fama clara, e pura
Que outro Heróe, como Vós, não tem achado
Debaixo da Celeste Architectura. (p. 272)

Al mismo Assumpto.

ROMANCE LYRICO

Generoso Portuquez,
Cuyo sublime Valor
Cabe en el conocimiento;
Mas nó en la explicación.
Merecem vuestras hazañas
Que esse Planeta mayor
Las imprima en letras de Oro
En su esfera superior.
Ah dichoso Portuquez
De Lusitania blason,
Gloria de Vuestra Excellencia,
De su nobleza esplendor!
Albricias, nobre Milicia,
Que es vuestro Caudillo oy
Quien por sus meritos goza
La mayor estimacion.
El Portuquez más perfecto,
El Lusitano mejor,
Que en las escuelas de Marte
Vió el belico rumor.
Porque con su Nombre solo
Dá al enemigo temor,
A la Milicia dotrina,
Y al Orbe admiración.
A los Anibales fuertes
Diera muerte su furor,

A los Cesares embidia,
A los Carpios confusion.
De los Aquiles, y Hectores
Quitara la presuncion,
Que les dió la fama en quanto
A Gomes no conoció.
Son tan altas las hazañas
Deste nuevo Campeador,
Que es respetado, y temido
De quanto ilumina el Sol.
Aqueste nombre dichoso
Tanto la Fama esparció,
Que en el más remoto clima
Le rinde veneracion.

Es tal su valente brio,
Que a Marte diera terror,
Si se vieran en Campaña,
Desazonados los dos
De Minerva el exercicio
Vuestro ardimiento dexó
A dó haziais progressos
De tanta ponderacion.
A'las Armas, y á la Guerra
Tan solamente os llevó
Vuestro espirito valiente,
Y animoso Coraçon
Fueron tantos los trofeos,
Que vuestro Valor ganó,
Que no quisiera Mavorte
Ser vuestro Competidor.
Que sirve inutiles plumas
Escribieren tanta accion,
Si es cada letra un oprobrio,
Cada alabança un baldon?
Ya aqui, Generoso Gomes,
La humilde pluma parò
Que para dextrarlo todo,
Basta nombraros a Vós. (p.273-275)